

**DESAFIOS DE UMA REIMPLANTAÇÃO:
A ORDEM DOMINICANA NO BRASIL ENTRE
AS DUAS GUERRAS MUNDIAIS**

Frei Sérgio Lobo de Moura OP

A Ordem Dominicana implantou-se no Brasil a partir de 1881, em resposta ao apelo formulado pelo então bispo de Goiás, D. Cláudio José Gonçalves Ponce de León¹. Isto condicionou fortemente a presença dominicana no Brasil em sua etapa inicial, restringindo-a aos limites da Diocese de Goiás, vasto território escassamente habitado, estendendo-se por todo o sertão goiano (Planalto Central brasileiro), que incluía, além da então província de Goiás, o chamado Triângulo Mineiro, hoje pertencente a Minas Gerais. Isso permite caracterizar como "fase sertaneja" essa etapa inicial da presença dominicana no Brasil.² As fundações se sucedem, em ritmo regular, nos primeiros vinte e cinco anos, na direção sul-norte, todas elas naquela mesma região: Uberaba (1881), Goiás (1883), Porto Nacional, então Porto

¹ Cf. SILVA, Côn. J. Trindade da Fonseca e, *Lugares e pessoas. Subsídios eclesiais-ticos para a história de Goiás* - v. I. São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, 1948, pp. 284.314.

² LUSTOSA, Fr. Oscar de Figueiredo, "Os dominicanos e a Igreja no Brasil — cem anos de presença", in *Os Dominicanos*. São Paulo, Prov. Dominicana do Brasil, 1981, p. 147 ss. (cf. p. 148).

Imperial (1886), Conceição do Araguaia (1896), Formosa (1905).³ É de se notar, porém, que, se é verdade que o objetivo da Missão Dominicana nascente era a pastoral sertaneja, da parte dos frades a motivação para implantá-la era de ordem missionária, isto é, o trabalho de evangelização dos índios.⁴

A Missão Dominicana no Brasil dependia da Província Dominicana de Tolosa, a quem D. Cláudio havia dirigido seu apelo. Até a Primeira Guerra Mundial, permaneceria extremamente dependente da província francesa de origem, tanto no que diz respeito à orientação e à iniciativa apostólica, quanto aos recursos humanos e materiais.

Entre as duas Guerras Mundiais, no entanto, a incipiente presença dominicana no Brasil sofre um conjunto de modificações bastante significativas, que se dão sobretudo em dois campos diferentes, se bem que interligados:

1º - Transferência gradativa da Missão Dominicana, do sertão goiano para os centros urbanos do Sudeste brasileiro. Processo desencadeado com a fundação do convento do Rio de Janeiro em 1927.

2º - Início de implantação de uma formação dominicana institucional no Brasil e busca de adaptação desta formação às condições peculiares da sociedade brasileira: consolidação e transformação da Escola Apostólica, primeiros passos para a implantação do noviciado e dos cursos de filosofia e teologia.

O presente trabalho tem como objetivo mostrar que, em ambos os campos, a mudança que se deu foi, não exclusivamente, mas fundamentalmente condicionada pelas diretrizes do magistério eclesiástico: critérios missionários, linhas e estratégias de ação apostólica emanadas de Roma e do episcopado brasileiro.

I - Do sertão para a cidade.

Frei Hilarião Tapie, provincial de Tolosa de 1908 a 1920 e de 1924 a 1928, realizou nesta sua condição, três visitas canônicas à missão de

³ Cf. *Promemoria* (Boletim do Arquivo da Província de Santo Tomás de Aquino do Brasil). São Paulo, Julho/1988 — Calendário da Ordem dos Pregadores no Brasil, pp. 3 ss.

⁴ PONTES, Hildebrando. "A Ordem de São Domingos de Guzmão no Brasil". In *Polyanthea comemorativa do 50º aniversario da fundação dominicana no Brasil*. Uberaba, Oficinas "Jardim", 1931. NEVES, Fr. Lucas Moreira, "Os Dominicanos no Brasil". In BERNADOT, Vicente. *São Domingos e sua Ordem*. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica Editora, pp. 169 ss. (cf. pp. 191 s).

sua província no Brasil, em 1911, 1919 e 1927. As conclusões das duas primeiras foram publicadas na França, acrescentando-se mais tarde a essa publicação um adendo datilografado, referente à visita de 1927.⁵

O relato da visita de 1919 termina com um parágrafo intitulado "Oeuvres désirées" (pp. 23 ss.), em que Fr. Tapie arrola os projetos de interesse da Missão brasileira, cuja execução lhe parece naquele momento inviável e deve ser postergada "para melhores dias". Entre eles está a fundação de um convento dominicano no Rio de Janeiro. Essa fundação, já cogitada em 1911, com motivações, então, de ordem eminentemente utilitária em função da missão interiorana (como "convento de procuradoria"), em 1919 é considerada pelo visitador como extremamente importante em si mesma, por ser o Rio de Janeiro o maior centro urbano brasileiro. Um convento dominicano ali situado pode-se tornar um grande polo de irradiação apostólica, com influência sobre a sociedade brasileira como um todo. Forte pressão vinha sendo exercida sobre os superiores da Província nesse mesmo sentido desde 1906, pelo Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, que desejava a colaboração dos dominicanos sobretudo no campo do magistério teológico.⁶

É significativo que a fundação do Rio de Janeiro, visualizada em 1911 como "convento de procuradoria", passe a ser vista e valorizada em 1919 como centro de irradiação apostólica. A importância da cidade do Rio de Janeiro como polo cultural e político do Brasil já era evidente em 1911 e quiçá maior que em 1919, quando um outro grande centro urbano — São Paulo — começa a despontar no país. O que teria acontecido de novo, entre 1911 e 1919, ocasionando tal mudança de atitude do mesmo visitador, em relação ao mesmo problema? Podem-se aventar diversas hipóteses, mas um, pelo menos, dos condicionantes dessa evolução terá sido, certamente, o fator demográfico. Entre 1911 e 1919, em virtude de suas próprias limitações de pessoal, agravadas pela conjuntura européia difícil (Primeira Guerra Mundial de 1914-18), a Província de Tolosa pôde ceder à Missão brasileira tão somente três frades, todos eles irmãos cooperadores (um dos quais, aliás, retornou à França). Por outro lado, das poucas vocações nativas, até 1919, apenas uma havia beneficiado o escasso contingente numérico da Missão.⁷ É de se imaginar

⁵ *Visite canonique et statistique de la mission dominicaine du Brésil*. Toulouse, Imprimerie et Librairie Edouard Privat, 1919. O exemplar conservado no Arquivo da Província Santo Tomás de Aquino do Brasil (citado a partir de agora como APSTAB) inclui o adendo datilografado e tem o título alterado: *Visite... 1911-1919-1927* (APSTAB AG 3, p. 25). O texto, tanto do livro impresso quanto do adendo datilografado, é de autoria do próprio visitador, frei Hilário Tapie, o.p.

⁶ Cf. *Promemória* nº 31, p. 127.

⁷ Cf. *Promemória* nn. 18 e 44. Exatamente naquele ano de 1919 tomavam o hábito na França mais dois brasileiros, dos quais apenas um perseverou.

que essa constatação deve ter levado Fr. Hilário Tapie a refletir seriamente sobre a capacidade da Província de Tolosa de continuar mantendo suas responsabilidades para com a Missão no Brasil.

Tornava-se evidente a necessidade de capacitar a Missão a enfrentar, ela mesma, os seus próprios desafios — inclusive e sobretudo o desafio primeiro, que era o de sua auto-sustentação vocacional. É significativo que, na mesma medida em que cresce a atenção dos superiores ao projeto de fundação no Rio, cresce também a preocupação com a Escola Apostólica, germe de um esquema de formação institucional. Se a Província-mãe não podia garantir um fluxo de religiosos em número suficiente, urgia suscitar vocações nativas e fornecer-lhes um esquema de acolhimento e preparação. Ora, uma presença dominicana adstrita, como até então, aos ermos ainda inóspitos do Planalto Central, não era de molde a suprir tais carências. Urgia ampliar os horizontes, quer dizer, o local de implantação e o próprio raio de atuação, abrangendo também os centros urbanos em fase de crescente expansão, entre os quais o Rio de Janeiro deterá, ainda por muito tempo, a primazia.

A decisão, contudo, é adiada “para melhores dias”, isto é, para um futuro incerto. Apesar da insistência do Cardeal-Arcebispo e das razões relevantes internas à Missão, o Provincial-visitador não vê possibilidade de realizar o intento naquela oportunidade, devido à escassez de recursos humanos. Para manter uma nova fundação, a única possibilidade seria fechar alguma(s) das casas do Planalto Central. Como fazê-lo sem trair os compromissos assumidos com a diocese de Goiás? Esta continuava, em 1919, abarcando um imenso território, mesmo com a criação, em 20/12/1915, da diocese de Porto Nacional, dela desmembrada.⁸ Aliás, quatro anos após sua criação, a nova diocese permanecia “sede vacante”, em virtude da recusa, em 1918, do eleito da Santa Sé, Fr. Vicente Moreira (da Missão Dominicana). O problema só será resolvido definitivamente em 1920, com a nomeação de D. Domingos Carrérot, até então bispo-prelado de Conceição do Araguaia.⁹ Deixar toda aquela população sertaneja entregue à sua própria sorte, Fr. Tapie é taxativo: “isto, não podemos fazer”.

Oito anos mais tarde, ao término de sua terceira visita, o mesmo Provincial-visitador não vê problemas em emitir um parecer oposto.¹⁰ Teriam chegado “os melhores dias” a que ele se reportava em 1919?

⁸ BARBOSA, Pe. Manoel, *A Igreja no Brasil (notas para a sua história)*. Rio de Janeiro, Ed. e Obras Gráficas A Noite, 1945, p. 46.

⁹ *Promemória* — Calendário ... pp. 10-11.

¹⁰ *Visite...* — Adendo datilografado, parte VI.

Quanto aos recursos humanos, a situação continuava praticamente a mesma e sem perspectivas de mudança imediata. Mas, às solicitações reiteradas do Cardeal Arcoverde, juntavam-se então as de D. Sebastião Leme, desde 1921 seu coadjuutor com direito à sucessão. D. Leme tinha publicado em 1916, ainda como bispo de Olinda, uma importante carta pastoral, que faz dele o representante maior no Brasil da estratégia de ação eclesial denominada "nova Cristandade", esboçada nos pontificados de Pio X e Bento XV e implementada sobretudo nos de Pio XI e Pio XII.¹¹ Já em dezembro de 1922, na sua primeira encíclica *Ubi arcano*,¹² Pio XI apresentava aos fiéis do mundo inteiro a necessidade e urgência de fazer passar para o conjunto da vida em sociedade os valores cristãos compreendidos na fórmula "Reino de Cristo" e convocava o clero, secular e regular, a prestar sua necessária assistência aos fiéis comprometidos nesta luta, sobretudo através da Ação Católica. É de se supor que essa convocação papal tenha trazido maior força às prementes solicitações que, havia tanto tempo, dirigiam à Missão Dominicana os bispos do Rio de Janeiro. Ressalte-se igualmente a publicação, em fins de 1919, da grande encíclica missionária de Bento XV *Maximum illud*, onde nos deparamos, por exemplo, com o seguinte trecho:

*Um verdadeiro Superior de missão não se acantona num só distrito, como se, para além de suas fronteiras, tudo lhe fosse alheio; mas, tomando interesse por tudo o que pode promover a glória de Cristo, esforça-se por fazer amizade e entrar em relações com seus colegas das missões vizinhas. Muitas vezes há uma multidão de questões que interessam uma mesma região e que, manifestamente, só um entendimento comum pode resolver.*¹³

É de se imaginar que a leitura de passagens como esta tenha deixado pensativo o provincial de Tolosa. Se a afirmação do Papa era válida para missões estabelecidas num mesmo território, quanto mais para a Missão Dominicana do Brasil, inserida num vasto território e cercada de dioceses várias, dependente ademais política, econômica,

¹¹ Uma boa apresentação dessa política pontificia pode ser encontrada em *Nouvelle histoire de l'Eglise*. Tomo 5: *L'Eglise dans le monde moderne (1848 à nos jours)*, por R. Aubert e outros. Paris, Seuil, 1975, pp. 583 ss. (cf. sobretudo pp. 595 ss.). Para a América Latina, cf. DUSSEL, Enrique D. *Historia de la Iglesia en América Latina — coloniaje y liberación (1492-1974)*. Barcelona, Editorial Nova Terra, 1974, 3ª ed., pp. 177 ss. Como biografia do Cardeal Leme, nada foi ainda publicado que substitua a obra de SANTO ROSÁRIO O.C.D., Ir. Maria Regina do. *O Cardeal Leme (1882-1942)*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1962. Leia-se também: *Carta pastoral de D. Sebastião Leme, Arcebispo metropolitano de Olinda, saudando os seus diocesanos*. Petrópolis, Vozes, 1916. LIMA, Alceu Amoroso. *O Cardeal Leme: um depoimento*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1943.

¹² AAS XIV (1922), pp. 676-699 (trad. bras.), Petrópolis, Vozes, 1950 (Col. "Documentos Pontifícios" n. 19).

¹³ AAS XI (1919), pp. 440-455 (trad. bras.), Petrópolis, Vozes, 1953 (Col. "Documentos Pontifícios" n. 46).

cultural e administrativamente de centros urbanos situados fora de seu perímetro? Não sem razão, tinham sido os frades levados a promover, já em 1905, a Obra da infância brasileira, em benefício das crianças indígenas, nos estados do Sudeste. E quando, em 1924, Fr. Sebastião Thomas sentir a necessidade de uma Comissão de proteção ao índio, será no Rio de Janeiro que estabelecerá sua sede.¹⁴

Outras razões devem ter pesado também para a tomada de posição de Fr. Tapie em 1927. A diocese de Goiás, com a qual os dominicanos de Tolosa se sentiam mais diretamente comprometidos, tornara-se entretantes consideravelmente diminuída com a posse efetiva de um bispo, em julho de 1921, na diocese de Porto Nacional¹⁵ e com a criação, em 1924, da prelazia de São José do Tocantins, com sede em Formosa, confiada aos missionários claretianos.¹⁶ Naturalmente, os missionários dominicanos não nutriam os mesmos sentimentos nem se criam ligados com idêntica responsabilidade a essas novas circunscrições eclesiais. Prendiam-nos ainda àqueles sertões, com laços tão fortes como sempre, a diocese de Goiás que os mandara vir e os acolhera e Conceição do Araguaia que haviam fundado e lhes fora confiada como prelazia, pela Santa Sé. Quanto aos demais conventos, se uma nova fundação no Rio de Janeiro exigisse a renúncia a algum deles, nenhum escrúpulo teria força ou razão para impedi-la.

Fr. Hilarião Tapie podia, pois, nas conclusões de sua visita canônica de 1927, incluir a fundação no Rio de Janeiro e dizer que ela se apresentava naquele momento "sob um aspecto inteiramente diferente".¹⁷ Tanto mais que, segundo ele mesmo narra, D. Leme o havia colocado ante uma oportunidade única que surgira, quanto ao terreno para a construção do futuro convento: era pegar ou largar.¹⁸ Naquele mesmo ano de 1927, a fundação do Rio é autorizada pelo Arcebispo do Rio de Janeiro, aprovada pelo Conselho Provincial de Tolosa e também pela Sagrada Congregação dos Religiosos e formalmente homologada pelo Mestre da Ordem.¹⁹ No final do ano, Fr. Martinho Bennet transfere-se para o Rio de Janeiro a fim de ultimar a compra do imóvel e dele tomar posse, iniciando assim uma presença dominicana estável na cidade. A partir daquele momento, os frades do Rio de Janeiro se dedicarão plenamente às atividades a que eram solicitados, dentro da linha pastoral de D. Leme e do papa Pio XI: magistério de teologia (Instituto Católico), pregação de retiros, conferências, assistência espiritual aos grupos de

¹⁴ Cf. LUSTOSA. *Op. cit.*, p. 152; *Promemória* — Calendário ... pp. 7.11.

¹⁵ AUDRIN O.P., Fr. José Maria. *Entre sertanejos e índios do Norte. O bispo-missionário D. Domingos Carrérot, O.P.* Rio de Janeiro, Ed. Pugil Ltda. — Liv. Agir Ed., 1946, pp. 187 ss.

¹⁶ BARBOSA. *Op. cit.*, p. 64.

¹⁷ Carta aos Religiosos da Província (APSTAB DG1 P29 D002).

¹⁸ APSTAB AG3 P25.

¹⁹ *Promemória* n.33, p. 134 s.

leigos que surgiam numerosos, diálogo com a intelectualidade católica, publicação de artigos, sobretudo na revista *A Ordem*.

A fundação do convento do Rio foi apenas o primeiro passo de um processo que se tornara inevitável e irreversível. Como negar-se a prestar em São Paulo a colaboração que já era prestada no Rio de Janeiro? São Paulo já se prenunciava a grande metrópole brasileira do futuro: na década de trinta acontece o seu "boom" industrial, o salto no seu crescimento populacional, um movimento comercial e cultural crescente. A série de aberturas de novas casas no Sudeste e de fechamentos de outras no Planalto Central se encadeia a partir de então, num movimento de contraponto:

1927 - fundação do convento do Rio de Janeiro;

1937 - fundação do convento de São Paulo;

1938 - transferência do convento de Goiás para os dominicanos da Província da Lombardia (estabelecidos no Brasil desde 1936)
- fechamento do convento de Formosa;

1941 - início da presença dominicana em Belo Horizonte;

1944 - fechamento do convento de Porto Nacional;

1951 - fundação da casa de Juiz de Fora.

Para abrir novas casas em cidades do Sudeste, foi necessário à Missão tolosana desvincular-se, de uma forma ou de outra, das fundações mais antigas do Planalto Central, uma vez que a escassez de recursos humanos não permitia manter as duas linhas de implantação. No final desse processo, que durou vinte e quatro anos, o quadro apresentado pela Missão Dominicana (elevada em 1942 à condição de Vice-província) era totalmente diferente: quatro novas fundações no Sudeste se substituíam às três fundações planaltinas abandonadas. Das mais antigas, mantiveram-se duas: a de Uberaba, ponto de localização estratégica, na articulação geográfica e geoeconômica litoral-sertão²⁰ e a de Conceição do Araguaia, como ponta de lança missionária. Ressalte-se que as duas ordens de motivação presentes à implantação inicial da Missão conservam-se sessenta anos depois: a resposta às necessidades pastorais da Igreja, que se amplia do âmbito de uma simples diocese para o da Igreja no Brasil; e o trabalho missionário junto aos índios brasileiros, razão primeira da presença dos frades em Conceição do Araguaia.²¹

²⁰ LUSTOSA. *Op. cit.*, p. 149.

²¹ A atividade dos dominicanos no sul paraense vem mesmo a se ampliar com a criação, em 1940, de uma residência em Marabá, que se tornará casa filial em 1946 (cf. *Promemória* — Calendário ... p. 16.19).

II - Os critérios de exclusão.

A formação para a vida religiosa e dominicana a ser fornecida aos futuros frades brasileiros constituiu um desafio precoce para a Missão Dominicana no Brasil. Que fazer com as vocações nativas que batiam às portas dos conventos? Situados como eram estes numa região interiorana, ainda hoje extremamente carente de recursos, não é de se estranhar que se tratasse, na maioria dos casos, de jovens com baixa escolaridade, que não era possível mandar diretamente para o noviciado na Europa. Duas possibilidades se ofereciam então: a admissão na Ordem Dominicana na condição de irmãos cooperadores ("conversos", como eram chamados até 1968); a criação no Brasil de uma Escola Apostólica, em que pudessem permanecer enquanto completavam sua instrução básica e receber já uma informação rudimentar sobre a vida religiosa em geral e dominicana em particular. Compreende-se pois que, já em 1906 (vinte e cinco anos após a chegada ao Brasil dos primeiros frades), a Missão brasileira recebesse autorização da Santa Sé para instituir um noviciado para irmãos cooperadores e, em 1912, se abrisse em Uberaba uma Escola Apostólica.²²

A Escola Apostólica já funcionava ao menos informalmente, desde o ano anterior (1911), mas teve seus estatutos aprovados a 1º de Julho de 1912 pelo capítulo conventual de Uberaba.²³ Ela funcionará em Uberaba até ser fechada em fins de 1947. Será reaberta em 1951 em Juiz de Fora (MG). Nos anos 1948-1950 os alunos foram transferidos, provisoriamente, de Uberaba para Santa Cruz do Rio Pardo (SP), onde funcionava a Escola Apostólica do Vicariato da Província da Lombardia no Brasil.

Um dos regulamentos dos já mencionados estatutos da Escola Apostólica de Uberaba rezava o seguinte: "não serão admitidos negros nem mestiços", acrescentando que esta exclusão se deve a razões de suma gravidade.²⁴ Que razões seriam estas, o texto não especifica. A exclusão de negros e mestiços do estado clerical e/ou religioso não encontra fundamento na legislação dominicana em vigor naquela data, nem tampouco no direito eclesiástico.²⁵ Sabemos

²² Em *Promemória* n. 13 (p. 51 ss.) se encontra um bom apanhado histórico desses primeiros passos da formação dominicana no Brasil, da autoria de Fr. Reginaldo Fortini.

²³ APSTAB, EG3 P16 D001. As notas que acompanham os estatutos se referem a dois alunos do ano anterior. Texto dos estatutos redigido em língua francesa.

²⁴ Um volante impresso com finalidade vocacional, sem data de impressão (APSTAB, EG3 P16), repete a mesma informação.

²⁵ Cf. *Constitutiones Fratrum S. Ordinis Praedicatorum* Ed. Nova. Parisiis, apud Poussielgue fratres bibliopolas, 1886. *Acta et decreta Concilii plenarii Americae*

que esse critério estava ainda em vigor em meados da década de 20, quando determinou a não-aceitação de um seminarista, candidato ao noviciado.²⁶ Sabemos também que ele não mais vigorava em fins da década de 30, quando foi admitido na Escola Apostólica de Uberaba um jovem de cor parda, posteriormente aceito para o noviciado, para a profissão religiosa na Ordem e para as ordens sacras.²⁷

Entre os dois acontecimentos, ocorrera o deslocamento do eixo da Missão, do Planalto Central para os centros urbanos, cujo significado teve uma dimensão também psicossocial e cultural, que poderíamos caracterizar como "conversão à realidade do Brasil como um todo". Um dos componentes dessa realidade brasileira é exatamente a miscigenação racial.

É de se crer também que algumas tomadas de posição significativas do Vaticano em relação às missões tenham influenciado a mudança de atitude dos missionários dominicanos. Assim, por exemplo, a já citada encíclica *Maximum illud*, de Bento XV, em novembro de 1919, com sua afirmação da necessidade de criação e formação de um clero autóctone em cada país de missão;²⁸ e a *Rerum Ecclesiae* de Pio XI, em fevereiro de 1926,²⁹ insistindo na necessidade de valorização desse clero autóctone, no preenchimento de funções e cargos de responsabilidade em cada Missão. Nesta última encíclica, é de notar-se uma passagem que diz respeito diretamente aos religiosos missionários:

Nisto devem ter cuidado os missionários e as religiosas que trabalham em vossos distritos, que o amor do próprio Instituto, aliás santo e louvável, ultrapasse os justos limites, reduzindo-os a tacañez de vistas. Se, portanto, dentre os indígenas alguns houver que solicitem a sua admissão nas antigas Congregações Religiosas, de maneira alguma se deve desaconselhá-los nem impedir-lhes a consecução de seus anseios; isto se forem reconhecidos idôneos para apropriar-se sua índole e constituir um ramo do Instituto entre os

Latinae. Roma, Ex Typ. Vaticana, 1900. Seria interessante averiguar se este critério racial de admissão estava presente na legislação ou na praxe consuetudinária de outras províncias dominicanas e de outros institutos religiosos.

²⁶ *Conversa com Mons. Augusto em Conceição do Araguaia* (Documento do Arquivo pessoal do Autor).

²⁷ *Catalogus Provinciae Tolosanae S.O.P.* 1950, p. 60. Trata-se do religioso elencado nesta página em décimo quarto lugar. Antes de iniciar o noviciado, em março de 1943, foi aluno da Escola Apostólica de Uberaba, onde fez seus estudos secundários, o que é comprovado por correspondência conservada no APSTAB, entre o vice-diretor da Escola Apostólica e o superior da Vice-província.

²⁸ Na já citada trad. bras. (cf. nota 13), nn. 14-17, pp. 9-11.

²⁹ AAS XVIII (1926), pp. 65-83 (trad. bras.). Petrópolis, Vozes, 1953 (Col. "Documentos Pontifícios" n. 50).

*naturais, que não se afaste do seu genuíno espírito primitivo. Mas deveis considerar com ponderação, talvez seja de maior proveito para estes casos fundarem-se novas Congregações, amoldadas às necessidades e propensões dos nativos e às circunstâncias peculiares de cada país.*³⁰

O Papa lançava assim, através da encíclica, um verdadeiro desafio aos institutos religiosos: teriam eles abertura e flexibilidade suficientes para acolher as vocações nativas que surgissem, ou deveriam ceder a vez e o lugar a novas Congregações, melhor capacitadas para tanto? O provincial de Tolosa deve ter refletido seriamente sobre esse texto.

As tomadas de posição teóricas eram ademais acompanhadas de gestos concretos:

- 1926 - sagração episcopal de seis chineses na Basílica de São Pedro, pelo papa Pio XI;
- 1927 - sagração do primeiro bispo japonês;
- 1928 - sagração de dois bispos indianos e seis chineses;
- 1930 - sagração, pelo papa, de um bispo etíope na Basílica de São Pedro.

Em relação à África negra, o progresso é mais lento. Mas, em 1939, o papa Pio XII, na Basílica de São Pedro, sagrou dois bispos africanos.

Se negros podiam ascender ao episcopado, por que não à profissão religiosa como dominicanos, na Missão brasileira?³¹

O período entre as duas Guerras Mundiais conclui-se, assim, com a consolidação de uma atitude de abertura maior da Missão tolosana em relação à realidade humana do país. Acrescente-se, para terminar, que a Segunda Guerra Mundial provocará uma aceleração desse processo que poderíamos chamar de inculturação da Missão Dominicana no Brasil. A impossibilidade prática de enviar os formandos para a França levou à abertura de um noviciado em Uberaba

³⁰ *Ibid.* n. 19, p. 18.

³¹ No episcopado brasileiro, existia, desde 1890, o precedente (isolado) de D. Silvério Gomes Pimenta (1840-1922), bispo auxiliar, depois titular (1896) de Mariana e finalmente seu primeiro arcebispo (1906). Cf. OLIVEIRA, Mons. Aypio Odier de. *Traços biográficos de D. Silvério Gomes Pimenta no centenário de seu nascimento (1840 - 1940)*. São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, 1940. Sendo, no entanto, muito anterior à explicitação teórica da posição do magistério sobre o assunto (*Maximum illud*), é compreensível que não causasse o mesmo impacto.

em 1942 e de um estudantado, primeiramente no Rio de Janeiro (1942) e, logo em seguida, em São Paulo (1943). Com o término da guerra, voltou-se, por alguns anos, ao costume de mandar os frades estudantes para o convento de S. Maximino, na França. Mas o noviciado continuou a funcionar no Brasil, transferindo-se de Uberaba para São Paulo.³² Estavam assentadas definitivamente as bases para uma formação dominicana radicada no Brasil.

Conclusão

A influência de Roma não foi certamente o único fator de mudança a atuar sobre a Missão dominicana no Brasil. O período de 1918 a 1939 é de transformações consideráveis na sociedade brasileira: econômicas, políticas, demográficas, sociais, culturais.³³ A sociedade brasileira apresenta-se com uma complexidade maior de relacionamento, dentro da qual os centros urbanos constituem para a Igreja um desafio maior, porque mais recente. Além disso, o processo de formação religiosa tem suas exigências próprias, que levam o formador a uma constante evolução.

Mas precisamente o estímulo vindo de Roma ajudou a Missão Dominicana no Brasil, a tomar consciência da existência desse desafio. Não foi este o único momento em que a confluência de pressões, uma vinda de Roma, outra do próprio contexto de realidade brasileira, tiveram efeito multiplicador sobre a vida da Ordem Dominicana no Brasil, levando-a a evoluir e adaptar-se às novas exigências da conjuntura.

Endereço do Autor:
Rua General Ribeiro da Costa, 164 — Leme
22010-050 Rio de Janeiro — RJ

³² Cf. *Promemória*, n. 13, pp. 52 s.

³³ Veja-se a respeito, entre outros: PENNA, Lincoln de Abreu, *Uma história da República*. R. J., Nova Fronteira, 1989, pp. 119 ss.